

## A GUERRA NO PAPEL: O CONFRONTO DISCURSIVO ENTRE OS PERIÓDICOS RIO GRANDE DO SUL E O ECO DO SUL – DA FERMENTAÇÃO À PACIFICAÇÃO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1895)

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>; JUAREZ FUÃO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – oliveira.marcelo@live.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – jfuao@hotmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa propõe analisar o confronto discursivo político-partidário de dois jornais rio-grandinos situados em espectros opostos da esfera política majoritária do Rio Grande do Sul durante o estabelecimento da República no Brasil, com ênfase à construção de uma identidade política sul-rio-grandense, tendo como pano de fundo a Revolução Federalista. De um lado, defendendo os ideais castilhistas, estava o diário *Rio Grande do Sul*, periódico cujo estudo é completamente inédito, descoberta sua coleção no acervo da Biblioteca Rio-Grandense recentemente; e, do outro, o jornal *Eco do Sul*, tradicional folha vinculada aos federalistas em fins do século XIX. O recorte apresentado prioriza a ação de ambos relacionada à Revolução Federalista desde a fermentação do movimento, passando pela sua deflagração e chegando à pacificação (1891-1895), observando os posicionamentos acerca da guerra, com cada uma das publicações assumindo sua diferente trincheira. Tem por objetivo geral analisar o discurso político-partidário conflitivo entre os jornais rio-grandinos *Rio Grande do Sul* (castilhista) e *Eco do Sul* (federalista) durante a Revolução Federalista, entre os anos de 1891 a 1895, sob o prisma da História Política, e os específicos a) analisar elementos políticos, ideológicos e identitários abrangidos na produção discursiva a partir dos artigos publicados que reforçassem (ou afastassem) o ideário representado; b) conhecer elementos descriptivos do conflito em si em ambos os jornais e a forma como eram noticiados aos seus leitores; c) identificar os efeitos da ação coercitiva governamental, por meio das leis de imprensa e repressão sobre a publicação que defendia o ideário castilhista e a oposicionista; d) notar as disputas sobre as identidades sul-rio-grandenses, como estas eram qualificadas em relação a si e ao oponente; e f) Identificar a forma como a fronteira surgia e era definida através dos textos e como o elemento estrangeiro era enaltecido, ignorado ou atacado.

### 2. METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, o de sistematização das fontes, o primeiro passo para a execução da tese já foi dado: a identificação, junto ao acervo da Biblioteca-Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, das coleções dos jornais *Rio Grande do Sul* e *Eco do Sul*, completas no período de nosso recorte temporal, ou seja, o período compreendido entre os anos de 1891 a 1895. O segundo passo será identificar os textos que constituem o discurso objeto da futura tese, a saber, as notícias relacionadas à Revolução Federalista (a forma pela qual o tema é tratado em cada periódico) e as menções de uma folha à outra, caracterizando a “guerra discursiva”, buscando pontos de distanciamento, mas também pontos de encontro.

Para a plena execução deste projeto de pesquisa, é necessário estabelecer um recorte espaço-temporal e delimitar seu *corpus*. Desse modo, serão analisadas as coleções de dois diários rio-grandinos, o *Rio Grande do Sul*, representante castilhista, e o *Eco do Sul*, porta-voz das oposições federalistas. O recorte temporal tem seu início a partir da fundação do *Rio Grande do Sul* (1º/06/1891), por dois motivos: o primeiro, e mais óbvio, é a afirmação do programa editorial do diário, e, igualmente importante, sua proximidade com a data da queda de Júlio de Castilhos do poder estadual em 12 de novembro de 1891, perpassando por episódios importantes de 1892 como o retorno dos castilhistas em 17 de junho desse ano, períodos férteis para percebermos os embates de ambas as folhas sobre tão relevantes eventos. O ponto final se dará na pacificação, em agosto de 1895. As edições do *Eco do Sul* cobrirão igual período, à exceção do interregno sofrido a partir da coerção governamental. Para o tratamento e análise do *corpus*, serão utilizados os referenciais e premissas da História Política (RÉMOND, 2003), amparados na Análise do Discurso (ORLANDI, 2002; SARFATI, 2010; KOCH, 2016; FRASSON, 2007), História dos e por meio dos periódicos (LUCA, 2006 e 2012; CAPELATO; PRADO, 1980; BORGES, 1999) e o conceito de identidades (HALL, 2010; CANDEAU, 2012; WOODWARD, 2000), aplicados ao nosso recorte temático.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *Rio Grande do Sul*, em sua edição inaugural, referenciava como propriedade de Reis, Bastos & C., trazia uma “saudação à imprensa”, onde afirmava ter sido criado para “trabalhar pelo progresso material e moral do nosso estado”, declarando-se órgão “livre, porque não tem passado prendendo-lhe as ideias” e também livre porque seria desvinculado “da política e de seus partidos” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1891). No programa veiculado na edição comemorativa ao seu primeiro aniversário, julga sua atividade, ao longo do ano anterior, como “neutra em política”, o que, segundo afirmava, não deveria ser confundida com a passividade “de um órgão de publicidade que conhece os seus mais comezinhos deveres” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1892). A inclinação política, porém, é perceptível no mesmo editorial, quando cita o 8 de Novembro e a “queda da ditadura implantada no país pelo ato do general Deodoro” e o próprio jornal como “o primeiro órgão de publicidade que deu no estado o grito de alarme, concitando os brios rio-grandenses para restabelecer-se a legalidade, por meio das armas, se tanto fosse mister”, passando de imediato a defender Júlio de Castilhos: “o *Rio Grande do Sul* não podia aplaudir a deposição da primeira autoridade estadual, que não era responsável pelos atos do governo do centro, quando ela governava com prestígio, dedicação e patriotismo”, prometendo para breve um “material totalmente novo, procurando corresponder à confiança que lhe é dispensada pelos seus subscriptores e pelo público em geral” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1892). Essa “guinada” sugeriria um alinhamento mais definitivo aos ideais republicanos de matriz positivista, uma adesão ao castilhismo. Indícios surgem em 1893, na coluna intitulada “nosso aniversário”, onde reafirma-se como “folha republicana”, envidando “todos os esforços para a consolidação republicana”, defendendo as instituições “com critério e honestidade, com energia, dedicação e prudência”, ressalvando que “não o faz visando remunerações de qualquer espécie e que sempre agiu independentemente, não sendo sugestionado por paixões partidárias”, jactando-se de não ter ateado a “chama que os inimigos da República acenderam” (RIO GRANDE DO SUL, 2/06/1893), em referência aos revoltosos federalistas. No programa da edição de aniversário

de 1895, em seu frontispício, logo abaixo do nome do jornal, aparece em destaque “órgão do Partido Republicano”, e a substituição da identificação de propriedade de Reis, Bastos & C., para “uma associação” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1895). Com a vinculação oficial ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), já se assume como “folha política, representante de uma ideia generosa”, reiterando seu compromisso com o que julga ser o progresso do estado, mas que esse “devotamento tem acarretado por um lado inimizades políticas, provenientes de paixões partidárias”, finalizando o programa com agradecimentos ao corpo comercial citadino e felicitações aos “correligionários políticos” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1895).

O *Eco do Sul*, por sua vez, tem uma história mais antiga e caracterizada por mudanças de orientações político-ideológicas. Surgiu na cidade de Jaguarão (as datas de fundação divergem entre 1856 e 1857), tendo sua transferência para a cidade do Rio Grande ocorrida em 1858. No tocante ao *corpus* da pesquisa, interessa-nos, sobretudo, a atuação durante nosso recorte espaço-temporal. Instaurada a República, a folha abandona o dístico “órgão do Partido Conservador” e declara sua aceitação da nova forma de governo, ainda que ressalte sua “admiração pelo passado [monárquico]” (ECO DO SUL, 21/11/1889). Com a compra da empresa por Alfredo Rodrigues de Oliveira, a partir do final de janeiro de 1890, desencadeia-se uma gradativa postura editorial, dando início ao processo de ruptura com os governantes republicanos, quando a folha sugere uma “deturpação” do regime. Assim os editores se declararam “republicanos pela pátria, e pela pátria estamos em oposição à ditadura. Combatemos com as armas da opinião esse governo que ressuscitou o extinto poder pessoal” (ECO DO SUL, 16/03/1890). No 8 de Novembro, a posição contrária àquela defendida pelo *Rio Grande do Sul* já se fazia perceber, ao afirmar que o objetivo da revolução era derrubar o “ditador central” (Deodoro), e lançava ao questionamento provocativamente se os sul-rio-grandenses seriam “dignos” ou “covardes”, que não “enxotassem do poder um dos maiores traidores da República – o bacharel Júlio Prates de Castilhos”, pelo *Eco* denominado “instrumento torpíssimo da ditadura”, e que prestara apoio “à ilegalidade, ao arbítrio e a tirania”, não restando aos sul-rio-grandenses outra alternativa a não ser “expulsá-lo, se não preferisse aviltar-se para sempre” (ECO DO SUL, 8/11/1891).

#### 4. CONCLUSÕES

Por se tratar de um projeto de pesquisa, ainda não há resultados finais, e sim preliminaries. Partimos do pressuposto de que são folhas antagônicas, isto é, se encontram cada qual defendendo um ideário político em franca oposição, perceptíveis através de suas próprias definições e princípios divulgados através de seus programas que, modernamente, conceituamos de “editoriais”, ou seja, a mensagem de cunho oficial do veículo aos seus leitores, traduzindo sua filosofia e postura editorial pretendida, de forma a compreendermos sua natureza e orientação ideológica. A mais latente contribuição da Pesquisa é a descoberta da coleção completa do jornal Rio Grande do Sul, até então não estudado (ou mesmo arrolado) por nenhum pesquisador da imprensa, da Revolução Federalista ou mesmo da história do Rio Grande do Sul até o momento, como também é inédito o estudo do embate entre aquele jornal e o *Eco do Sul*, bem como a construção/disputa das identidades em ambas as folhas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Vavy Pacheco. A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994). In FERREIRA, Antônio Celso (org.) **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999.
- CANDEAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- ECO DO SUL (periódico) Rio Grande – edições de 1º/06/1981 a 1º/06/1895.
- FRASSON, Carla Beatriz. Análise do discurso: considerações básicas. **Cadernos da FUCAMP**. v. 6, n. 6 (2007). Monte Carmelo: FUCAMP, 2007.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In SILVA, Tadeu Tomaz (Org.) **Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- KOCH, Infedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2016.
- LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla B. (Org). **Fontes Históricas**. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- RÉMOND, René. Do político. In RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIO GRANDE DO SUL (periódico) Rio Grande – edições de 1º/06/1981 a 1º/09/1895.
- SARFATI, Georges-Élia. **Princípios da análise do discurso**. São Paulo: Ática, 2010.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tadeu Tomaz (Org.) **Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2010.